

[EDUCAÇÃO]

Alunos copiam mais nos países mais corruptos

Um estudo da Faculdade de Economia do Porto cruzou a fraude académica com os níveis de corrupção de 21 países. Os resultados obtidos evidenciam uma “forte correlação”. Os Estados mais mal classificados em termos de práticas fraudulentas são da Europa de Leste e América Latina. Em Portugal, 62,4% dos estudantes universitários admitem copiar

① Elsa Costa e Silva ② André Carrilho

Os países onde os alunos universitários mais admitem copiar nos exames são também aqueles onde o índice de corrupção é mais elevado. A associação entre corrupção no mundo real dos negócios e a fraude académica está traçada num estudo efectuado pela Faculdade de

Economia da Universidade do Porto (FEP), que avaliou 21 países, de quatro continentes. E os resultados mostram uma “forte correlação” entre as duas realidades.

Esta investigação – a de maior dimensão a nível mundial em número de países avaliados – inquiriu mais de sete mil alunos, dos cursos de Economia e Gestão. Aqueles que, salienta o trabalho de Aurora Teixeira e Fátima Rocha, serão os homens e mulheres de negócios do futuro e “potencialmente os líderes económicos e políticos”.

E a questão, escrevem as autoras, é que se os mesmos padrões éticos prevalecem nos ambientes académicos e de negócios, tendo em conta que os comportamentos passados predizem o futuro, “é provável que quem adopte actividades não éticas na sala de aulas as venha também a adoptar no mundo dos negócios”. Por isso, o exercício de associação entre a percentagem de alunos que admite copiar (*ver texto ao lado*) e medidas de corrupção, como o Índice Internacional de Transparência.

As investigadoras destacam uma relação significativa, marcada por duas excepções (a Argentina e a Nigéria, *ver caixa*), na associação positiva entre os níveis de copianço de cada país e o índice de corrupção percebida. Assim, os países nórdicos, vistos como os menos corruptos

do mundo, apresentam igualmente níveis baixos de incidência de fraude académica. É o caso da Suécia e da Dinamarca, avaliadas no estudo da FEP. Também as Ilhas Britânicas e a Nova Zelândia, que pontuam baixo no índice de corrupção, apresentam percentagens baixas de alunos que admitem copiar nos exames.

Portugal – onde 62,4% dos alunos universitários, à semelhança do que se passa noutros Estados da Europa do Sul, admitem copiar nos exames às vezes ou quase sempre – aparece também como um dos países onde a corrupção percebida é mais elevada. No topo da tabela que relaciona corrupção e fraude académica surgem países como Polónia, Roménia, Brasil, Eslovénia, Espanha e França.

Aurora Teixeira salienta que está já demonstrado que “a corrupção

“A corrupção tem uma relação negativa com a competitividade das nações”, explica a investigadora do Porto Aurora Teixeira



Sanções são desconhecidas ou insuficientes O testemunho dos professores

"Há uma grande desorientação dos professores sobre a forma como devem actuar em caso de apanharem um aluno a copiar", garante uma professora da Universidade do Minho. E mais: "As universidades não têm mecanismos disciplinares que estabeleçam com clareza o que acontece aos alunos." Outro professor de uma universidade privada, ouvido pelo DN, identifica também problemas a nível das sanções: "Estas não são mais do que anulação da prova. O que é insuficiente, não penaliza coisíssima nenhuma e desmoraliza o sis-

tema." Para este professor, o copiar é "comum" e resulta, em parte, de "alguma conivência entre a insuficiência de organização e de capacidade pedagógica de alguns docentes, que é depois compensada por alguma permissividade face ao copiar". Uma falta de cultura de rigor e de exigência que a professora da UM também identifica: "Isto tem a ver com o ambiente de facilitismo." É que, adianta, se um professor opta por um modelo de avaliação em que pede apenas ao aluno para "reproduzir matéria, no lugar de

construir saber", a propensão para a cópia será muito maior. E no caso do plágio em trabalhos é preciso também ver que "se o professor avaliar o processo de produção e não apenas o produto final, pode aperceber-se de situações menos claras". Sem conhecimento de casos de cópia que tenham chegado às instâncias superiores da universidade, a docente assinala ainda que "em situação de conflito, quem fica mal é o docente e não pode pedir apoio jurídico". Outro docente de um instituto politécnico explica que utiliza es-

tratégias para evitar o copiar, nomeadamente enunciados diferentes e a permissão da consulta legal. Mas no seu meio garante não conhecer ninguém que "tenha uma atitude vigorosa contra o copiar". A que não será alheio, se calhar, o facto de muitos professores também terem copiado enquanto alunos. E a docente da UM deixa a pergunta no ar: "Também ensinamos os alunos quando os avaliamos. E que ensinamos nos quando permitimos o plágio e o copiar?"

tem uma relação negativa com a competitividade das nações". E, por isso, defende, as instituições de ensino têm que promover uma "educação cívica a este nível, promovendo comportamentos éticos que se possam transpor para o mercado de trabalho". É que, explica, a preocupação com a competitividade "tem que ser vista a montante", nomeadamente nos padrões éticos que são inculcados no sistema de ensino. E actualmente, a maior parte dos estudantes não vê o acto de copiar com um acto sério ou como um problema.

Por outro lado, a dimensão expressiva do fenómeno deixa adivinhar que as sanções que advêm deste acto não parecem ser desincentivadoras. Daí que, explica Aurora Teixeira, "não se prevê que a médio prazo a situação vá melhorar".

Frequência com que se copia

REFERENTE AO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2005 A MAIO DE 2006

	Nunca	Poucas vezes	Muitas vezes	Probabilidade de copiar
EUA e Ilhas Britânicas	82,7%	16,6%	0,7%	17,3%
Ilhas Britânicas (Irlanda e Reino Unido)	85,6%	14,0%	0,4%	14,4%
Estados Unidos da América	61,1%	36,1%	2,8%	38,9%
América Latina	32,1%	61,8%	6,0%	67,9%
Argentina	55,4%	43,2%	1,4%	44,6%
Brasil	17,0%	72,0%	11,0%	83,0%
Colômbia	27,3%	70,5%	2,3%	72,7%
Países Nórdicos	95,1%	4,1%	0,8%	4,9%
Dinamarca	94,9%	3,8%	1,3%	5,1%
Suécia	95,5%	4,5%	0%	4,5%
Europa Ocidental	34,7%	62,2%	3,1%	65,3%
Austria	28,4%	67,5%	4,2%	71,6%
França	16,1%	80,6%	3,2%	83,9%
Alemanha	49,3%	49,3%	1,3%	50,7%
Europa do Sul	33,6%	62,7%	3,7%	66,4%
Itália	36,6%	60,1%	3,3%	63,4%
Espanha	20,4%	73,0%	6,6%	79,6%
Turquia	34,8%	60,4%	5,0%	65,4%
Portugal	37,6%	60,0%	2,4%	62,4%
Europa de Leste	12,1%	79,4%	8,5%	87,6%
Polónia	0%	85,0%	15,0%	100,0%
Roménia	4,0%	81,8%	14,1%	96,0%
Eslovénia	15,4%	78,3%	6,3%	84,6%
África	49,3%	48,1%	2,6%	50,7%
Moçambique	33,7%	65,3%	1,0%	66,3%
Nigéria	57,4%	39,1%	3,5%	42,6%
Nova Zelândia	79,3%	79,3%	0,6%	20,7%

Fonte: Faculdade de Economia do Porto

Infografia DN

As duas exceções

O exemplo africano

A Nigéria é, de acordo com o Índice da Transparência, um dos países com maior nível de corrupção percebida. Mas é também, curiosamente, um dos países onde os alunos menos admitem copiar. Ou seja, mais de metade garantem que nunca usam de meios fraudulentos nos exames. Esta aparente contradição, explicam as investigadoras, justifica-se por uma consciência disseminada nesse estado africano de que é preciso "combater a fraude e a corrupção". Inquéritos realizados junto da população nigeriana assinalam que, para a esmagadora maioria, a corrupção é um grave problema do país.

A experiência latina

A Argentina tem também sido palco de várias tentativas de diminuir a corrupção, numa experiência que tem abrangido a sociedade em geral e a educação em particular. Será talvez por isso que, contrariamente ao que se passa no Brasil ou na Colômbia, 55,4% dos estudantes universitários garantem que nunca copiam e apenas 1,4% (contra os 11% do Brasil, por exemplo) afirmam usar cábulas com frequência. Vários instrumentos foram usados no sistema de ensino argentino para tentar combater a corrupção. Uma experiência que tem recolhido a adesão da população, que entende poder assim melhorar o seu nível de vida.

Europa de Leste no topo da cópia, nórdicos exemplares

Mais de 95% dos alunos da Dinamarca e Suécia garantem nunca ter copiado. Em contrapartida, não há um único estudante polaco a excluir-se desta prática e 96% dos romenos também são adeptos das cábulas. Mais de 80% dos estudantes brasileiros, eslovenos e franceses admitem a fraude. Em Portugal, como o DN já tinha adiantado em Janeiro, são pouco mais de um terço os universitários que referem nunca ter recorrido a métodos fraudulentos nos exames.

No estudo da Faculdade de Economia do Porto (FEP), *A cross-country evaluation of cheating in academia*, salienta-se o facto de o copiar ser uma prática muito disseminada a nível mundial, ainda que haja grandes disparidades. Enquanto os países da América Latina e da Europa de Leste são aqueles onde os alunos mais admitem copiar, os nórdicos quase nunca usam métodos fraudulentos. Pelo meio ficam as Ilhas Britânicas, os Estados Unidos e a Nova Zelândia, onde cerca de 80% dos estudantes referem nunca ter copiado.

O bloco europeu tem também algumas diferenças: entre a disseminação da cópia no Leste e o caso alemão, onde apenas 50% dos alunos admitem ter co-

piado alguma vez, temos a França, com 83%, e a Austria, com 71,6%. Na Europa do Sul, os maiores adeptos das cábulas parecem ser os espanhóis (com 79,6% dos estudantes a admitir copiar), seguidos dos turcos (com 65,4%). Nesse bloco, com 62,4% dos alunos a copiar em exames, Portugal é mesmo o menos cábula.

As investigadoras avaliaram ainda a probabilidade de observar outros alunos a copiar. E se de novo não há um único brasileiro ou polaco a afirmar que nunca viu ninguém usar cábu-

las, mais de 80% dos nórdicos e cerca de metade dos estudantes das Ilhas Britânicas, Estados Unidos ou Nova Zelândia afirmam que não há qualquer probabilidade de ver um colega a copiar. Os restantes países apresentam taxas próximas dos 90% quando se trata de afirmar que se viu um outro estudante usar cábulas.

Um sinal, dizem as investigadoras, do quão disseminado está o fenómeno da cópia. E com a agravante de que, para a grande maioria dos alunos, copiar não é um problema sério. Por outro lado, parece evidente que, na maioria dos países, as sanções são inexistentes ou insuficientes. De facto, os países onde as sanções percebidas pelos alunos pelo facto de serem apanhados a copiar são as mais graves correspondem aos que apresentam igualmente menor taxa de cópia. Na maior parte dos casos, sustentam as investigadoras da FEP, verifica-se uma "consequência das sanções".

Por outro lado, é ainda interessante notar que na Suécia nenhum aluno foi apanhado ou viu algum colega ser apanhado a copiar. Mas em países como o Brasil, a Colômbia, a Polónia, a Roménia ou a Eslovénia, mais de 80% já viram alguém ser apanhado a copiar.

Três perguntas a...



Maria José Morgado
Magistra

"As instituições não têm princípios éticos"

O estudo da Faculdade de Economia do Porto dá conta de uma relação significativa entre corrupção e fraude académica. Isso é surpreendente?

Não conheço o estudo e não se pode tirar conclusões excessivas a partir dele. Mas confirma-se, e provavelmente até com base nos resultados deste estudo, que em países como Portugal, onde não há cultura anticorrupção, há na administração em geral um laxismo em relação ao controlo da prática de aproveitamento de oportunidades de fraude. Um sistema que não procura combater as oportunidades de fraude torna-se um sistema laxista, mole e permeável.

Temos então a corrupção como um problema cultural?

É uma questão cultural, administrativa, política. As instituições não têm uma política de redução de oportunidades de fraude e isto liga-se a uma falta de quadros deontológicos e de ética nas funções, levando a situações de fraude e corrupção que nunca são detectadas.

Podemos ver a disseminação do copiar no ensino superior como um caso de corrupção?

Não se pode falar de copiar como sendo corrupção no nosso quadro penal, porque isso implicaria o envolvimento dos próprios professores. Mas há um amolecimento das estruturas. E isto é um plano inclinado que, havendo má-fé, leva até onde se quer ir. São as próprias instituições que não têm uma ética e deontologia, que é mais do que princípios disciplinares. Nós temos uma cultura de corrupção e as instituições não têm princípios de ética, o que torna o País muito laxista em relação às boas práticas.